

# **Demonstrações Contábeis Regulatórias**

## **Cemig Geração Itutinga S.A.**

31 de dezembro de 2023  
com Relatório do Auditor Independente

## SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023 .....	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias.....	6
BALANÇOS PATRIMONIAIS .....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS .....	9
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES .....	10
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	11
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA .....	12
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....	13
1. CONTEXTO OPERACIONAL .....	13
2. BASE DE PREPARAÇÃO .....	14
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	16
4. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS.....	17
5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES.....	18
6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	18
7. IMOBILIZADO .....	18
8. INTANGÍVEL .....	19
9. FORNECEDORES.....	20
10. TRIBUTOS.....	20
11. PIS/PASEP E COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONCESSIONÁRIAS .....	21
12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	21
13. RECEITA .....	24
14. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS .....	24
15. CUSTOS GERENCIÁVEIS.....	25
16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	25
17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....	26
18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS .....	28
19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	30
20. NOTAS DE CONCILIAÇÃO .....	32

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores Acionistas,

Cemig Geração Itutinga S.A. (“Companhia” ou “Itutinga”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias, e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

### A CEMIG GERAÇÃO ITUTINGA

A Companhia é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) e tem sede e foro em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, 9º andar, Ala B2 - Parte 1, Bairro Santo Agostinho e tem por objetivo social a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Itutinga, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

#### Capacidade instalada

Central Gerada	Capacidade instalada (MW)
Itutinga	52

#### Parque Gerador – Características Físicas

Usina	Potência Total (MW) (Não auditado)	Garantia Física Total (MW) (Não auditado)	Tipo de Usina	Início de Operação Comercial	Vencimento da Outorga
UHE Itutinga	52	26,60	UHE	1955	03/01/2053

#### Garantia Física Realizada e Esperada (não auditado)

Usina	2022 Realizado	2023 Realizado	2024	2025	2026	2027	2028
UHE Itutinga	26,60	26,6	26,6	26,6	26,6	26,6	26,6

#### Modelo de Negócio e Condições no ACR

Usina	Modelo de Negócio em 31/12/2023	Preço no ACR em 01/01/2023	Data e Índice de reajuste no ACR
<b>Integral</b>			
UHE Itutinga	Contas Garantia Física (RAG) – 70% Mercado livre – 30%	RAG de R\$ 43.297 mil	(1)

(1) Reajuste pelo IPCA em 06/2022, atualização dos custos de transmissão em 06/2022, previsto no Edital do Leilão que determina que, após o primeiro ano, 70% da energia será comercializada em regime de cotas de garantia física e 30% da energia comercializada livremente pelo detentor da concessão.

## COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 era de R\$151.309 mil, subscrito e integralizado, dividido em 151.309.332 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

## DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

### **Resultado do Exercício**

Companhia obteve um resultado regulatório de R\$32.202 mil em 2023, comparado ao resultado de R\$30.279 mil em 2022, representando um aumento de 6,35%.

### **Receita**

A Companhia é concessionária de geração de energia elétrica na Usina Hidrelétrica Itutinga, conforme o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 10/2016 – ME – UHE Itutinga, celebrado em 8 de junho de 2016.

O contrato de concessão com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, estabelece as condições de prestação do serviço de geração de energia elétrica. Em 2016, a previsão do contrato era de 100% da garantia física de energia e de potência da referida usina hidrelétrica em regime de alocação de cotas. Desde janeiro de 2017, cerca de 30% da garantia física de energia está sendo comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), conforme previsão do contrato.

### **Fornecimento bruto de energia elétrica**

A Companhia tem direito a uma receita anual de geração – RAG pela disponibilização da parcela de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica em regime de cotas, com pagamento em parcelas duodecimais, no Ambiente de Contratação Regulada – ACR. A receita reconhecida em 2023 foi de R\$52.208 mil, comparada a 2022 foi de R\$49.769 mil.

A Concessionária fatura mensalmente a RAG, cobrando das distribuidoras de energia elétrica o equivalente à sua respectiva participação na cota de garantia física e de potência alocada para o ano em que a cobrança está sendo efetuada.

### **Custos e Despesas Operacionais**

Os Custos e Despesas Operacionais foram de R\$15.741 mil em 2023 (R\$14.863 mil em 2022), dos quais R\$1.161 mil referem-se aos custos não gerenciáveis (R\$1.964 mil em 2022) e R\$14.580 mil referem-se aos custos gerenciáveis (R\$12.899 mil em 2022).

### **Imposto de Renda e Contribuição Social**

Em 2023, a Companhia apurou o montante de R\$2.724 referente a imposto de renda e contribuição social, representando 5,96% em relação ao lucro antes dos impostos de R\$45.718 antes dos efeitos fiscais. Comparativamente, no mesmo período de 2022, a Companhia apurou despesas no montante de R\$3.287, representando 6,79% em relação ao lucro de R\$48.388 antes dos efeitos fiscais.

### **Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA**

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2023, o LAJIDA foi de R\$37.362 mil (R\$35.183 mil em 2022) e a Margem do LAJIDA foi de 78,58% no mesmo período (76,96% em 2022), conforme demonstrado a seguir:

	2023	2022	Var. %
<b>Resultado regulatório</b>	32.202	30.279	6,35
Despesa com IR e CS	2.724	3.287	(17,13)
Resultado financeiro	(3.118)	(2.712)	14,97
Amortização e depreciação	5.554	4.329	28,30
<b>LAJIDA</b>	<b>37.362</b>	<b>35.183</b>	<b>6,19</b>

Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

### **SEGURANÇA DE BARRAGENS**

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 1.064/2023 da Aneel).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos. Nesta ocasião, todas as questões relacionadas à segurança das barragens são cuidadosamente verificadas por profissionais especializados.

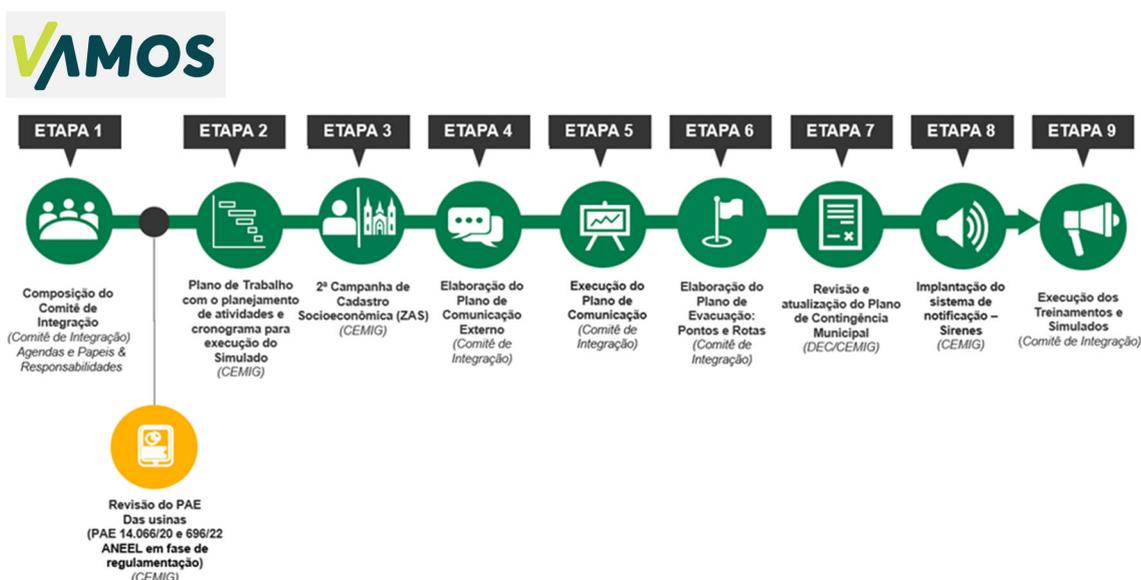
Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civas e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

Mantendo a sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2023, assim como ocorrido para as barragens, e específico para a população afeta ao PAE das barragens, deu-se continuidade ao cronograma de atividades dentro do “Projeto VAMOS”, que concentra agenda e metodologia dedicada para integração dos PAEs das barragens aos PLANCONS- Planos de Contingência dos municípios correlacionados.

Após a constituição dos 17 CIs- Comitês de Integração dos PAEs para 18 barragens da CEMIG holding em 2022, o ano de 2023 se caracterizou pela execução dos seus respectivos cronogramas de atividades, conforme roteiro abaixo:



Dentro do cronograma 2023, foram executados:

- 6 Simulados de Evacuação com a população mapeada na ZAS para as barragens das PCHs: Coronel Domiciano, Dona Rita e Piau, e para as UHEs: Rosal, Sá Carvalho e Queimado;
- 7 Diagnósticos da ZAS realizados para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho, Rosal, e para as PCHs: Dona Rita, Coronel Domiciano, Peti e Piau;
- 7 Planos de Trabalhos entregues para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho, Rosal e para as PCHs: Dona Rita, Coronel Domiciano, Peti e Piau;
- 5 Ações de Cadastro da população da ZAS realizados, para as UHEs Três Marias, Rosal e Sá Carvalho e para as PCHs: Peti e Coronel Domiciano;
- 8 Planos de Comunicação em elaboração, para as UHEs: Rosal, Sá Carvalho, Queimado e Três Marias e para as PCHs: Coronel Domiciano, Dona Rita, Piau, Peti; e
- 6 Planos de Evacuação em andamento, para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho e Rosal e para as PCHs: Coronel Domiciano, Dona Rita e Piau;

Ainda em 2023, dentro do escopo do “Programa Proximidade”, foram abordados os temas: Meteorologia, Operação dos Reservatórios, Segurança de Barragens e Informes do PAE junto ao público participante, divulgando também as tratativas da Cemig para os temas Recursos Hídricos e Segurança de Barragens, listando todas as metodologias aplicadas e responsabilidades da Cemig para esses temas.

As reuniões ocorreram nas UHEs Camargos/Itutinga, Rosal, Irapé, Queimado, Theodomiro Carneiro Santiago. Os eventos contaram com a participação de aproximadamente 242 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, lideranças municipais e usuários de água, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Civis Municipais e Corpo de Bombeiros).

### **PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO**

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2024, a seguinte proposta de destinação do resultado do exercício de 2023, no montante de R\$42.994, seja dada a seguinte destinação:

- R\$2.150 para constituição de reserva legal;
- R\$20.422 para pagamento de dividendos obrigatórios;
- R\$20.422 para constituição de reserva de retenção de lucros, a serem pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia o permitir.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Administração da Companhia é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais, municipais, à Diretoria da Cemig e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários  
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil  
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil  
Telefone +55 (31) 2128-5700  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

**Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da**

**Cemig Geração Itutinga S.A.**

Belo Horizonte - MG

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Cemig Geração Itutinga S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Cemig Geração Itutinga S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração Itutinga S.A.. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Cemig Geração Itutinga S.A.. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## Outros assuntos

A Cemig Geração Itutinga S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado datado de 03 de maio de 2024.

## Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 29 de maio de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-MG



Mateus Cunha Figueiredo

Contador CRC MG-105612/O-0

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

### ATIVO

	Nota	2023	2022
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.144	4.847
Investimentos temporários	4	4.355	27.863
Consumidores e revendedores	5	4.753	5.341
Serviços em curso		-	429
Tributos compensáveis	6	342	125
Outros ativos		3	123
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>11.597</b>	<b>38.728</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Investimentos temporários	4	-	105
Tributos compensáveis	6	508	805
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar		15	-
Imobilizado	7	10.997	5.835
Intangível	8	117.393	122.647
Direito de uso		423	94
Outros ativos		97	41
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>129.433</b>	<b>129.527</b>
<b>ATIVO TOTAL</b>		<b>141.030</b>	<b>168.255</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

### PASSIVO

	Nota	2023	2022
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	9	1.172	1.288
Encargos setoriais		776	1.095
Impostos, Taxas e contribuições	10a	321	284
Imposto de renda e contribuição social a recolher	10b	437	334
Dividendos a pagar		20.422	21.423
Convênio de compartilhamento	18	408	-
Passivo de arrendamento		96	23
Outros passivos circulantes		-	524
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>23.632</b>	<b>24.971</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Encargos setoriais		322	304
Impostos, taxas e contribuições	10a	1.538	1.312
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10b	1.451	1.376
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	11	17	13.266
Passivo de arrendamento		343	79
Outros passivos não circulantes		4	-
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>3.675</b>	<b>16.337</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>27.307</b>	<b>41.308</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	12	151.309	151.309
Prejuízos acumulados		(37.586)	(24.362)
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>113.723</b>	<b>126.947</b>
<b>PASSIVO TOTAL</b>		<b>141.030</b>	<b>168.255</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	2023	2022
<b>RECEITA BRUTA</b>	13	<b>52.208</b>	<b>49.769</b>
Fornecimento Industrial		4.031	-
Fornecimento não Faturado Industrial		-	418
Transações com Energia na CCEE		1.610	2.257
Suprimento Cotas - Geração Própria		34.343	46.747
Suprimento não Faturado Cotas - Geração Própria		(922)	(253)
Suprimento não faturado - Geração própria		-	600
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	11	13.146	-
<b>TRIBUTOS</b>	13b	<b>(2.811)</b>	<b>(2.345)</b>
PIS/Pasep		(351)	(394)
Cofins		(1.620)	(1.818)
ICMS		(840)	(133)
<b>ENCARGOS</b>	13b	<b>(1.848)</b>	<b>(1.707)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(125)	(183)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		(159)	(183)
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE		(79)	(91)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(10)	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		(1.440)	(1.250)
CDE sobre P&D		(35)	-
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	13	<b>47.549</b>	<b>45.717</b>
<b>CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS</b>	14	<b>(1.161)</b>	<b>(1.964)</b>
Encargos de uso da rede de distribuição		(1.179)	(1.676)
Energia elétrica comprada para revenda		18	(288)
<b>RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS</b>		<b>46.388</b>	<b>43.753</b>
<b>CUSTOS GERENCIÁVEIS</b>	15	<b>(14.580)</b>	<b>(12.899)</b>
Pessoal e administradores	15a	(982)	(1.143)
Materiais		(188)	(314)
Serviços de terceiros	15b	(7.088)	(7.013)
Depreciação		(5.485)	(4.225)
Amortização do direito de uso		(69)	(104)
Outros custos operacionais		(768)	(100)
<b>RESULTADO DA ATIVIDADE</b>		<b>31.808</b>	<b>30.854</b>
<b>Resultado financeiro</b>	16	<b>3.118</b>	<b>2.712</b>
Receitas financeiras		3.242	4.257
Despesas financeiras		(124)	(1.545)
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>34.926</b>	<b>33.566</b>
Despesa com tributos sobre o lucro	17	(2.724)	(3.287)
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>		<b>32.202</b>	<b>30.279</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022**

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
RESULTADO DO EXERCÍCIO	32.202	30.279
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>32.202</b>	<b>30.279</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Prejuízos acumulados	Total
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>	<b>151.309</b>	-	<b>(28.402)</b>	<b>122.907</b>
Resultado do exercício	-	-	30.279	30.279
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	(4.811)	-	(4.811)
<b>Outras mutações no Patrimônio Líquido:</b>				
Dividendos obrigatórios	-	-	(21.423)	(21.423)
Dividendos adicionais propostos	-	1.127	(1.127)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-
Absorção de prejuízos regulatórios	-	(18.867)	18.862	(5)
<b>Constituição de reservas:</b>				
Reserva legal	-	2.255	(2.255)	-
Reserva especial	-	20.296	(20.296)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>	<b>151.309</b>	-	<b>(24.362)</b>	<b>126.947</b>
Resultado do exercício	-	-	32.202	32.202
Reversão de reserva especial 2021	-	(23.877)	-	(23.877)
Aprovação de dividendos adicionais propostos 2022	-	(1.127)	-	(1.127)
<b>Outras mutações no Patrimônio Líquido:</b>				
Dividendos obrigatórios	-	-	(20.422)	(20.422)
Dividendos adicionais propostos	-	20.422	(20.422)	-
Absorção de prejuízos regulatórios	-	2.432	(2.432)	-
<b>Constituição de reservas:</b>				
Reserva legal	-	2.150	(2.150)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023</b>	<b>151.309</b>	-	<b>(37.586)</b>	<b>113.723</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Resultado do exercício	32.202	30.279
Ajustes por:		
Amortização e depreciação (Notas 7 e 8)	5.485	4.225
Amortização do direito de uso	69	104
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.724	3.287
Juros passivo de arrendamento	27	17
Variações monetárias – Restituição a concessionárias	(103)	1.456
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias (Nota 11)	(13.146)	-
Juros e Variações monetárias	(3.070)	(4.009)
	24.188	35.359
(Aumento) Redução de ativos		
Consumidores e revendedores	588	(447)
Serviços em curso	429	281
Tributos compensáveis	(674)	(123)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	(15)	-
Outros ativos	(333)	(131)
	(5)	(420)
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores	(116)	491
Tributos	263	618
Encargos setoriais	(301)	36
Convênio de compartilhamento	408	(359)
Outros passivos circulantes	(122)	524
	132	518
<b>Caixa gerado nas atividades operacionais</b>	<b>24.315</b>	<b>35.457</b>
Imposto renda e contribuição social pagos	(1.792)	(1.826)
Juros Recebidos	3.038	2.938
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>25.561</b>	<b>36.569</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aplicações em investimentos temporários	(28.756)	(41.909)
Resgates em investimentos temporários	52.399	37.060
No imobilizado	(5.392)	(1.687)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>18.251</b>	<b>(6.536)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Dividendos pagos	(46.427)	(26.001)
Arrendamentos pagos	(88)	(93)
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(46.515)</b>	<b>(26.094)</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(2.703)</b>	<b>3.939</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	4.847	908
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	2.144	4.847

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

Em 1º de fevereiro de 2016, foi constituída a Cemig Geração Itutinga S.A. (“Companhia” ou “Itutinga”), sociedade anônima, que tem como controladora a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) e como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”). A Companhia é domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 9º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190-131.

A companhia é concessionária de geração de energia elétrica, tendo recebido autorização através da Resolução Autorizativa Aneel nº 5.846/2016, formalizando a transferência da concessão da UHE Itutinga da Cemig GT para a Cemig Geração Itutinga S.A., mediante a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 10/2016 – MME, ocorrida em 8 de junho de 2016, data em que iniciou suas atividades operacionais.

A Companhia tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Itutinga, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

A UHE Itutinga possui 52 MW de potência instalada e 28 MW médios de garantia física (informações em MW não auditadas pelos auditores independentes). Desde 2017, pela prestação do serviço de geração, 70% da garantia física foi destinada ao Ambiente de Contratação Regulada – ACR, sendo a Companhia remunerada em regime de cotas de garantia física de energia e de potência da UHE Itutinga, por meio da Receita Anual de Geração – RAG, reajustada do período de 1 de julho de 2022 a 30 de junho de 2023, conforme Resolução Homologatória ANEEL 3.068, de 12/07/2022. Cerca de 30% da garantia física da Companhia foi comercializada no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

Em 08 de setembro de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.931, a ANEEL alterou o Anexo I da Resolução Homologatória nº 2.919, de 3 de agosto de 2021, que dispõe sobre o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE que repactuaram o risco hidrológico. Para a UHE Itutinga, o prazo de extensão foi o máximo permitido pela Lei nº 14.052/2020, que corresponde a 7 anos (2.555 dias), com novo fim da concessão previsto para 01/2053. Em 7 de outubro de 2022, foi assinado o aditivo ao contrato de concessão da usina para constar a nova data de vigência da outorga.

A Cemig GT, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

## **2. BASE DE PREPARAÇÃO**

### **2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel por meio da Resolução Normativa nº 933 de 18 de maio de 2021.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Financeiras societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras regulatórias distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

Em 29 de maio de 2024, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

### **2.2. Bases de mensuração**

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

### **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas Demonstrações Contábeis Regulatórias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.4. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das Demonstrações Contábeis Regulatórias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Consumidores e revendedores (Fornecimento não faturado de Energia Elétrica);
- Nota 7 – Imobilizado (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 8 – Intangível (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 13 – Receita (Fornecimento não faturado de Energia Elétrica).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis regulatórias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

## **2.5. Principais políticas contábeis regulatórias**

As principais políticas contábeis utilizadas são as mesmas apresentadas nas demonstrações financeiras societárias, exceto quanto ao que estabelecem as normas a seguir:

### *Intangível*

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, os ativos referentes à servidão. São mensurados pelo custo incorrido na data da sua aquisição ou formação, menos as despesas de amortização, que quando aplicável é calculada pelo método linear.

### *Imobilizado*

Os bens do ativo imobilizado são registrados, inicialmente, pelo custo incorridos na data da aquisição ou formação. São avaliados pelo Valor Novo de Reposição – VNR e deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas na Resolução 674/15, Manual de Controle Patrimonial vigente emitido pelo Órgão Regulador, que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de transmissão de energia elétrica.

Os ativos não depreciados até o final da concessão serão revertidos para o Poder Concedente com a indenização dessa parcela não depreciada. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado no momento do encerramento das ordens de desativação e de alienação.

Nas demonstrações financeiras societárias, os saldos do Imobilizado, são registrados no ativo de contrato, sendo reclassificados para o Imobilizado para fins das demonstrações contábeis regulatórias. Os valores correspondentes à depreciação nas demonstrações contábeis regulatórias não são reconhecidos nas demonstrações financeiras societárias. Nas demonstrações societárias a realização do ativo do contrato ocorre no recebimento da receita.

## 2.6. Reclassificação de itens nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

A Companhia efetuou ajustes de classificação de itens na DFC de forma a melhorar a qualidade da divulgação das informações contábeis.

A apresentação do movimento ocorrido na rubrica de Títulos e Valores Mobiliários era divulgada em bases líquidas, no fluxo das atividades de investimento. A partir de 2023, a Companhia segregou esse movimento, passando a apresentar os juros efetivamente recebidos como parte do fluxo de caixa das atividades operacionais e as aplicações e resgates, de forma separada, no fluxo de caixa das atividades de investimento. Além disso, a Companhia passou a ajustar o lucro com o montante total do imposto de renda reconhecido no resultado.

A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao exercício de 2022 estão sendo apresentadas nesse mesmo critério.

## 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	2023	2022
Contas bancárias	58	46
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários	103	105
Overnight	1.983	4.696
<b>TOTAL</b>	<b>2.144</b>	<b>4.847</b>

Os **Certificados de Depósito Bancário** (CDBs) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, que foi de 99% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (99% em 31 de dezembro de 2022) conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.

As operações de **aplicações automáticas** (*overnight*) consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que variou de 11,42% a.a a 11,65% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (13,62% a.a. a 13,64% a.a. em 31 de dezembro de 2022) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

#### 4. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

	2023	2022
<b>Circulante</b>		
Certificado de Depósitos Bancários	416	3.059
Letras Financeiras - Bancos	2.683	18.219
Letras Financeiras do Tesouro	1.210	6.422
Fundos vinculados	2	4
Debêntures	44	159
	<b>4.355</b>	<b>27.863</b>
<b>Não circulante</b>		
Letras Financeiras - Bancos	-	-
Debêntures	-	105
	-	<b>105</b>
	<b>4.355</b>	<b>27.968</b>

Os **Certificados de Depósito Bancário** (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, de 103% a 104,3% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (103% a 104,4% do CDI em 31 de dezembro de 2022) conforme operação.

As **Letras Financeiras – Bancos** (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip). As LFs que compõem a carteira possuem taxa de remuneração que variam entre 108,6% a 111,98% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (103,3% a 110,26% em 31 de dezembro de 2022).

As **Letras Financeiras do Tesouro** (LFTs) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título. As LFTs que compõem a carteira possuem taxa de remuneração que varia entre 11,83% a.a. a 11,85% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (13,65% a.a. a 13,88% a.a. em 31 de dezembro de 2022).

As **Debêntures** são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR) + 1,00% a 118,69% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (TR + 1% a 114,29% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

As aplicações em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 19 destas demonstrações contábeis regulatórias.

Os rendimentos destes títulos e valores mobiliários estão devidamente demonstrados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa na atividade de investimentos.

## 5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Descrição	Valores correntes						Total 2023	Total 2022
	Corrente a vencer		Corrente vencida					
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
<b>Fornecimento de energia</b>	-	-	-	-	-	-	-	<b>1.013</b>
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	-	-	-	1.018
(-) Arrecad. Processo Classif.	-	-	-	-	-	-	-	(5)
<b>Suprimento energia – Moeda nacional</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Suprimento/ Encargo rede não faturado</b>	<b>4.753</b>	-	-	-	-	-	<b>4.753</b>	<b>4.328</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.753</b>	-	-	-	-	-	<b>4.753</b>	<b>5.341</b>

Não há valores relevantes vencidos e não há perspectiva de perda. Dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 19 das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

## 6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2023	2022
ICMS	285	68
Pis/Pasep e Cofins	565	862
<b>Total</b>	<b>850</b>	<b>930</b>
<b>Circulante</b>	<b>342</b>	<b>125</b>
<b>Não circulante</b>	<b>508</b>	<b>805</b>

## 7. IMOBILIZADO

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2023			2022		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
<b>Em serviço</b>							
<b>Geração</b>		<b>8.530</b>	<b>(594)</b>	<b>7.936</b>	<b>4.186</b>	<b>(364)</b>	<b>3.822</b>
Custo histórico	3,52	8.530	(594)	7.936	4.186	(364)	3.822
<b>Em curso</b>							
<b>Geração</b>		<b>3.061</b>	<b>-</b>	<b>3.061</b>	<b>2.013</b>	<b>-</b>	<b>2.013</b>
<b>TOTAL AIS + AIC</b>		<b>11.591</b>	<b>(594)</b>	<b>10.997</b>	<b>6.199</b>	<b>(364)</b>	<b>5.835</b>

A movimentação do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em serviço	Valor bruto em 31/12/2022	Adição (A)	Transferências/ Capitalizações (c)	Valor bruto em 31/12/2023	Adições líquidas = (A) + (C)	Deprec. acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
<b>Geração</b>								
Máquinas e equipamentos	4.139	-	4.344	8.483	4.344	(587)	7.896	3.827
Edificações, obras civis e benfeitorias	47	-	-	47	-	(7)	40	(5)
<b>Subtotal</b>	<b>4.186</b>	<b>-</b>	<b>4.344</b>	<b>8.530</b>	<b>4.344</b>	<b>(594)</b>	<b>7.936</b>	<b>3.822</b>

Ativo Imobilizado em curso	Valor bruto em 31/12/2022	Adição (A)	Transferências / Capitalizações (c)	Valor bruto em 31/12/2023	Adições líquidas = (A) + (C)	Deprec. acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
<b>Geração</b>								
Máquinas e equipamentos	873	5.361	(4.344)	1.890	1.017	-	1.890	873
Outros	1.140	31	-	1.171	31	-	1.171	1.140
<b>Subtotal</b>	<b>2.013</b>	<b>5.392</b>	<b>(4.344)</b>	<b>3.061</b>	<b>1.048</b>	<b>-</b>	<b>3.061</b>	<b>2.013</b>
<b>Total do ativo Imobilizado</b>	<b>6.199</b>	<b>5.392</b>	<b>-</b>	<b>11.591</b>	<b>5.392</b>	<b>(593)</b>	<b>10.997</b>	<b>5.835</b>

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do ativo imobilizado em curso	Materiais/ equipamentos	Serviços de terceiros	Total
Máquinas e equipamentos	5.047	314	5.361
Outros	31	-	31
<b>Total das adições</b>	<b>5.078</b>	<b>314</b>	<b>5.392</b>

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL na Resolução Normativa nº 674/15. A taxa média de depreciação em 2023 é de 3,52% (3,40% em 2022).

Os bens e instalações utilizados na produção de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. Os bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, possuem autorização prévia da ANEEL para desvinculação, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada, a ser aplicada na concessão.

## 8. INTANGÍVEL

Ativo Intangível	2023			2022		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
<b>Em serviço</b>						
<b>Geração</b>	<b>153.324</b>	<b>(35.931)</b>	<b>117.393</b>	<b>153.324</b>	<b>(30.677)</b>	<b>122.647</b>
Bonificação pela outorga	145.611	(35.328)	110.283	145.611	(30.315)	115.296
Extensão da concessão	7.713	(603)	7.110	7.713	(362)	7.351
<b>Total do Ativo Intangível</b>	<b>153.324</b>	<b>(35.931)</b>	<b>117.393</b>	<b>153.324</b>	<b>(30.677)</b>	<b>122.647</b>

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

A movimentação do intangível é como segue:

Intangível	Valor bruto em 31/12/2022	Valor bruto em 31/12/2023	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
<b>Em serviço</b>					
Geração	153.324	153.324	(35.931)	117.393	122.647
Bonificação pela outorga	145.611	145.611	(35.328)	110.283	115.296
Extensão da concessão	7.713	7.713	(603)	7.110	7.351
<b>Total do Ativo Intangível</b>	<b>153.324</b>	<b>153.324</b>	<b>(35.931)</b>	<b>117.393</b>	<b>122.647</b>

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em anos	Novo fim da concessão
Cemig Geração Itutinga	7.713	05/01/2046	7	03/01/2053

## 9. FORNECEDORES

	2023	2022
Suprimento e transporte de energia	29	103
Materiais e serviços	1.143	1.185
<b>TOTAL</b>	<b>1.172</b>	<b>1.288</b>

## 10. TRIBUTOS

### a) Impostos, Taxas e Contribuições

	2023	2022
<b>Circulante</b>		
ICMS	55	-
COFINS	124	128
PASEP	27	28
INSS	77	80
ISSQN	23	19
Outros	15	29
	<b>321</b>	<b>284</b>
<b>Não circulante</b>		
COFINS	1.264	1.078
PASEP	274	234
	<b>1.538</b>	<b>1.312</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.859</b>	<b>1.596</b>

## b) Imposto de Renda e Contribuição Social

	2023	2022
<b>Circulante</b>		
Imposto de renda a recolher	208	134
Contribuição social a recolher	229	200
	<b>437</b>	<b>334</b>
<b>Não circulante</b>		
Imposto de renda diferido	950	927
Contribuição social diferido	501	449
	<b>1.451</b>	<b>1.376</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.888</b>	<b>1.710</b>

### 11. PIS/PASEP E COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONCESSIONÁRIAS

Em outubro de 2020, a Companhia identificou que, entre os anos de 2016 a 2020, a Receita Anual de Geração – RAG faturada e apresentada nas demonstrações financeiras foi majorada indevidamente em função do excedente dos tributos Pis/Pasep e Cofins incluídos na base de cálculo da receita (alíquotas totais aplicadas de 9,25%, sendo 3,65% a alíquota devida), tornando necessária a devolução dos valores das contribuições faturados a maior.

A Companhia reconheceu uma provisão para restituição de Pis/Pasep e Cofins de R\$11.309 em 31 de dezembro de 2020, incluindo a devida atualização monetária.

Em fevereiro de 2023, conforme despacho nº 495 da ANEEL, que determinou à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE o recálculo e a recontabilização dos valores informados dos Valores de Impostos e Contribuições – VIC a serem pagos pelas distribuidoras cotistas no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2022, referentes às Usinas Hidrelétricas – UHEs da Companhia, conforme Nota Técnica nº 171/2022, emitida pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF, devendo os valores serem atualizados monetariamente pela CCEE pelo último Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA disponível até a data da recontabilização dos valores.

Assim, em 2023, a Companhia efetuou a restituição às concessionárias por meio de uma redução nas faturas emitidas, o que gerou um faturamento subavaliado. A recomposição desse faturamento foi realizada em contrapartida à provisão que havia sido constituída. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$17 (R\$13.266 em 31 de dezembro de 2022).

### 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social da Companhia era de R\$151.309, subscrito e integralizado, dividido em 151.309.332 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

## a) Reservas

A composição da conta Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

Reservas de lucros	2023	2022
Reserva legal	15.175	13.025
Retenção de lucros (Dividendos adicionais propostos)	40.718	1.127
Reserva especial	-	44.173
Absorção de prejuízos regulatórios	(55.893)	(58.325)
	-	-

### Reserva Legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$2.150 de reserva legal em 2023, correspondendo a 5,00% do lucro apurado no exercício societário.

### Reserva de Proposta de distribuição de dividendos adicionais

A Companhia registrou na reserva de lucros o montante de R\$20.422 referentes a dividendos propostos pela Administração que excedem a 50% do lucro líquido do exercício societário, dividendo mínimo previsto no estatuto social, a serem transferidos para o passivo, como dividendos a pagar, após a aprovação da proposta pela assembleia geral de acionistas.

Reserva especial	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>23.877</b>
Constituição de reserva especial	20.296
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>44.173</b>
Constituição de reserva especial	-
Realização como dividendos adicionais 2021	(23.877)
Realização como dividendos adicionais 2022	(20.296)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>-</b>

## Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do Lucro Líquido do exercício societário, ajustado conforme a Lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou Juros sobre Capital Próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos para 2023 e 2022 foi feito conforme abaixo:

	2023	2022
<b>Dividendos obrigatórios</b>		
Resultado do exercício societário	42.994	45.101
Reserva legal constituída	(2.150)	(2.255)
	<b>40.844</b>	<b>42.846</b>
Dividendo obrigatório	20.422	21.423
Reserva especial	-	20.296
Reserva de Retenção de Lucros	20.422	-
Dividendos obrigatórios	20.422	21.423
Dividendos adicionais propostos	-	1.127
<b>Total dos dividendos</b>	<b>20.422</b>	<b>22.550</b>

#### Destinação do resultado de 2023 - Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2024, a seguinte proposta de destinação do resultado do exercício societário de 2023, no montante de R\$42.994, seja dada a seguinte destinação:

- R\$2.150 para constituição de reserva legal;
- R\$20.422 para pagamento de dividendos obrigatórios;
- R\$20.422 para constituição de reserva de retenção de lucros, a serem pagos como dividendos adicionais assim que a situação financeira da Companhia o permitir.

#### **b) Movimentação dos dividendos obrigatórios**

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>21.423</b>
Pagamento de dividendos obrigatórios ref. 2022	(21.423)
Proposta de dividendos obrigatórios ref. 2023	20.422
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>20.422</b>

#### **c) Pagamento dos dividendos**

Pagamento de dividendos obrigatórios ref. 2022	21.423
Pagamento de dividendos adicionais ref. 2022	1.127
Pagamento de dividendos adicionais ref. 2021	23.877
	<b>46.427</b>

### 13. RECEITA

	2023	2022
Fornecimento Industrial	4.031	-
Fornecimento não faturado – Industrial	-	418
Transações com energia na CCEE	1.610	2.257
Suprimento cotas - Geração própria	34.343	46.747
Suprimento não faturado/ cotas - Geração própria	(922)	(253)
Suprimento não faturado - Geração própria	-	600
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	13.146	-
<b>Suprimento bruto de energia elétrica (a)</b>	<b>52.208</b>	<b>49.769</b>
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(4.659)	(4.052)
	<b>47.549</b>	<b>45.717</b>

#### a) Fornecimento bruto de energia elétrica

	Nº de consumidores (Não auditado)		MWh (Não auditado)		R\$ Mil	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Fornecimento industrial	1	6	46.283	-	4.031	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	-	418
Suprimento faturado (1)	78	53	151.106	-	34.343	46.747
Suprimento não faturado	-	-	-	-	(922)	347
Energia elétrica de curto prazo	-	-	-	-	1.610	2.257
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	-	-	-	-	13.143	-
<b>Total</b>	<b>79</b>	<b>59</b>	<b>197.389</b>	<b>-</b>	<b>52.208</b>	<b>49.769</b>

(1) Inclui contratos de vendas no ACR às distribuidoras e vendas no ACL às comercializadoras.

#### b) Tributos e encargos incidentes sobre a receita

	2023	2022
<b>Tributos sobre a receita</b>		
ICMS	840	133
Cofins	1.620	1.818
PIS/Pasep	351	394
	<b>2.811</b>	<b>2.345</b>
<b>Encargos do consumidor</b>		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	125	183
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	159	183
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	79	91
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	10	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	1.440	1.250
CDE sobre P&D	35	-
	<b>1.848</b>	<b>1.707</b>
<b>Total</b>	<b>4.659</b>	<b>4.052</b>

### 14. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS

	2023	2022
Energia elétrica comprada para revenda		
Energia de curto prazo	(18)	103
Contratos bilaterais	-	185
Encargos de uso da rede de distribuição	1.179	1.676
	<b>1.161</b>	<b>1.964</b>

## 15. CUSTOS GERENCIÁVEIS

	2023	2022
Pessoal e administradores (a)	982	1.143
Materiais	188	314
Serviços de terceiros (b)	7.088	7.013
Depreciação	5.485	4.225
Amortização direito de uso	69	104
Outros custos e despesas operacionais líquidos	768	100
	<b>14.580</b>	<b>12.899</b>

### a) Pessoal e administradores

	2023	2022
<b>Pessoal</b>		
<b>Outros</b>		
Convênio de compartilhamento	918	1.087
	<b>918</b>	<b>1.087</b>
<b>Administradores</b>		
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	59	43
Participação nos resultados	-	8
Benefícios dos administradores	5	5
	<b>64</b>	<b>56</b>
<b>TOTAL</b>	<b>982</b>	<b>1.143</b>

### b) Serviços de terceiros

<b>b) Serviços de terceiros</b>	2023	2022
Convênio de compartilhamento - O&M	4.330	4.915
Manutenção, conservação e instalações	700	401
Vigilância	199	200
Conservação e limpeza de prédios	612	589
Despesas com transporte	-	10
Meio ambiente	714	441
Tecnologia da informação	208	200
Auditoria externa	34	44
Outros	291	213
<b>TOTAL</b>	<b>7.088</b>	<b>7.013</b>

(1) Para mais informações, ver nota explicativa nº 19 destas demonstrações contábeis regulatórias.

## 16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2023	2022
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda de aplicação financeira	3.083	4.194
Variações monetárias - Restituição a concessionárias	103	-
Outras receitas financeiras	56	63
	<b>3.242</b>	<b>4.257</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Variações monetárias – Restituição a concessionárias	-	(1.457)
Juros passivo de arrendamento	(27)	(17)
Outras Variações monetárias	(93)	(61)
Outras despesas financeiras	(4)	(10)
	<b>(124)</b>	<b>(1.545)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>3.118</b>	<b>2.712</b>

## 17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2023	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
<b>LUCRO PRESUMIDO</b>		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	39.638	39.638
ICMS ST	(71)	(71)
Percentual de Presunção	8%	12%
<b>Receita Operacional Tributada</b>	<b>3.165</b>	<b>4.748</b>
Receita Financeira sobre resgate efetivo de aplicações financeiras	4.293	4.293
Outras Receitas Financeiras	23	23
<b>Base de Cálculo Lucro Presumido</b>	<b>7.481</b>	<b>9.064</b>
Alíquota	15%	9%
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social - Lucro Presumido</b>	<b>1.122</b>	<b>816</b>
Imposto de Renda adicional (10% sobre o valor superior a R\$240)	724	0
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Total</b>	<b>1.846</b>	<b>816</b>
<b>Ajuste de ECF</b>	<b>(11)</b>	<b>(5)</b>
Rendas de aplicações	3.083	3.083
Rendas de aplicações resgatadas	(4.293)	(4.293)
Rendas de aplicações não resgatadas	(1.210)	(1.210)
Alíquota	25%	9%
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Rendas</b>	<b>(303)</b>	<b>(109)</b>
Receita por competência diferida	6.120	6.120
Percentual de Presunção	8%	12%
<b>Base de Cálculo</b>	<b>490</b>	<b>734</b>
Alíquota	25%	9%
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Receita por Competência</b>	<b>122</b>	<b>66</b>
Amortização Custo GSF Diferido	(241)	(241)
Percentual de Presunção	8%	12%
<b>Base de Cálculo</b>	<b>(19)</b>	<b>(29)</b>
Alíquota	25%	9%
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Amortização Custo GSF</b>	<b>(5)</b>	<b>(3)</b>
Diferimento suprimento não faturado outros	10.005	10.005
Percentual de Presunção	8%	12%
<b>Base de Cálculo</b>	<b>800</b>	<b>1.201</b>
Alíquota	25%	9%
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social - Suprimento Não Faturado</b>	<b>200</b>	<b>108</b>
<b>Corrente</b>	<b>1.835</b>	<b>811</b>
<b>Diferido</b>	<b>15</b>	<b>63</b>

	2022	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
<b>LUCRO PRESUMIDO</b>		
Receita Operacional Total	48.674	48.674
Percentual de Presunção	8%	12%
<b>Receita Operacional Tributada</b>	<b>3.894</b>	<b>5.841</b>
Receita Financeira sobre resgate efetivo de aplicações financeiras	3.396	3.396
Outras Receitas Financeiras	63	63
<b>Base de Cálculo</b>	<b>7.353</b>	<b>9.300</b>
Alíquota	15%	9%
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>1.103</b>	<b>837</b>
Imposto de Renda adicional (10% sobre o valor superior a R\$240)	711	0
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Total</b>	<b>1.814</b>	<b>837</b>
Rendas de aplicações não resgatadas	798	798
Alíquota	25%	9%
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Rendas</b>	<b>199</b>	<b>72</b>
Receita por competência diferida	12.074	12.074
Percentual de Presunção	8%	12%
<b>Base de Cálculo</b>	<b>966</b>	<b>1.449</b>
Alíquota	25%	9%
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Receita por Competência</b>	<b>241</b>	<b>130</b>
Amortização Custo GSF Diferido	(241)	(241)
Percentual de Presunção	8%	12%
<b>Base de Cálculo</b>	<b>(19)</b>	<b>(29)</b>
Alíquota	25%	9%
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Amortização Custo GSF</b>	<b>(5)</b>	<b>(3)</b>
<b>Corrente</b>	<b>1.814</b>	<b>837</b>
<b>Diferido</b>	<b>436</b>	<b>200</b>

## 18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
<b>Operações com energia elétrica</b>								
Cemig Distribuição	318	315	-	-	2.775	3.608	-	-

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
<b>Encargos de transmissão</b>								
Cemig Distribuição	-	-	29	-	-	-	(1.176)	(1.670)

Os Encargos de Transmissão são valores mensais devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão pela prestação dos serviços de transmissão, calculados em função das tarifas e dos montantes de uso do sistema de transmissão contratados, em conformidade com a regulamentação definida pela Aneel.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
<b>Convênio de compartilhamento</b>								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	408	-	-	-	(408)	-
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	359	-	-	(269)	(1.300)
<b>Convênio de compartilhamento - O&amp;M</b>								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	610	475	-	-	(4.330)	(4.915)

Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
<b>Dividendos</b>								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	20.422	21.423	-	-	-	-

A Diretoria Executiva aprovou a declaração de Dividendos no total de R\$ 20.422. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos Dividendos estão presentes na nota explicativa nº 12.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
<b>FIC Pampulha</b>								
<b>Circulante</b>								
Caixa e equivalentes	1.983	4.696	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	4.353	27.859	-	-	43	1.251	-	-
<b>Não circulante</b>								
Títulos e valores mobiliários	-	105	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

### Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são demonstrados na tabela abaixo:

	2023	2022
Remuneração	59	43
Participação nos resultados	14	11
Previdência privada	5	4
Planos de saúde e odontológico	-	1
<b>Total (1)</b>	<b>78</b>	<b>59</b>

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

## 19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

### a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2023		2022	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos</b>					
<b>Custo amortizado (1)</b>					
Consumidores e revendedores		4.753	4.753	5.341	5.341
Investimentos temporários		-	-	3.841	3.841
		<b>4.753</b>	<b>4.753</b>	<b>9.182</b>	<b>9.182</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2	2.086	2.086	4.801	4.801
Investimentos temporários					
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	2	416	416	3.059	3.059
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	2.683	2.683	14.482	14.482
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	1.255	1.255	6.582	6.582
		<b>6.440</b>	<b>6.440</b>	<b>28.924</b>	<b>28.924</b>
		<b>11.193</b>	<b>11.193</b>	<b>38.106</b>	<b>38.106</b>
<b>Passivos</b>					
<b>Custo amortizado (1)</b>					
Fornecedores		(1.172)	(1.172)	(1.288)	(1.288)
Passivo de arrendamentos		(439)	(439)	(102)	(102)
		<b>(1.611)</b>	<b>(1.611)</b>	<b>(1.390)</b>	<b>(1.390)</b>

(1) Em 31 de dezembro de 2023 E 2022, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2023 e 2022.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

### **Metodologia de cálculo do valor justo das posições**

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

#### **b) Gestão de riscos**

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

##### *Risco de crédito*

Com o objetivo de minimizar o risco de perdas advindas do não recebimento de valores faturados, a Companhia faz um acompanhamento de forma individual junto aos seus consumidores. Assim, considerando o contexto em que se encontra o cliente, são ajustadas condições que viabilizem o recebimento de créditos eventualmente em atraso.

##### *Risco de liquidez*

Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em política de aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento para empresas do Grupo Cemig, de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações de *overnight* remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com dívidas pactuadas está apresentado abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>- Pré-fixadas</b>						
Fornecedores	1.172	-	-	-	-	1.172
Passivo de arrendamento	8	8	92	299	212	619
<b>TOTAL</b>	<b>1.180</b>	<b>8</b>	<b>92</b>	<b>299</b>	<b>212</b>	<b>1.791</b>

### Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é produzida pelas suas PCHs. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

## 20. NOTAS DE CONCILIAÇÃO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador e apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

### a) Conciliação do ativo societário e regulatório

	Notas	2023			2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>CIRCULANTE</b>							
Caixa e equivalentes de caixa		2.144	-	2.144	4.847	-	4.847
Investimentos temporários	20.2	4.355	(2)	4.353	27.863	(4)	27.859
Consumidores e revendedores		4.753	-	4.753	5.341	-	5.341
Tributos compensáveis		342	-	342	125	-	125
Serviços em curso	20.3	-	-	-	429	(429)	-
Ativo financeiro da concessão	20.1	-	22.978	22.978	-	22.182	22.182
Outros ativos	20.2	3	2	5	123	(113)	10
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>11.597</b>	<b>22.978</b>	<b>34.575</b>	<b>38.728</b>	<b>21.636</b>	<b>60.364</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>							

Investimentos temporários	-	-	-	105	-	105
Tributos compensáveis	508	-	508	805	-	805
Depósitos vinculados a litígios	15	-	15	-	-	-
Ativo financeiro da concessão	20.1	-	180.784	180.784	-	175.801
Imobilizado	10.997	-	10.997	5.835	-	5.835
Intangível	20.1	117.393	(110.283)	7.110	122.647	(115.296)
Direito de uso	423	-	423	94	-	94
Outros ativos	97	-	97	41	-	41
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>129.433</b>	<b>70.501</b>	<b>199.934</b>	<b>129.527</b>	<b>60.505</b>
<b>ATIVO TOTAL</b>		<b>141.030</b>	<b>93.479</b>	<b>234.509</b>	<b>168.255</b>	<b>250.396</b>

## b) Conciliação do passivo societário e regulatório

	Notas	2023			2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>CIRCULANTE</b>							
Fornecedores		1.172	-	1.172	1.288	-	1.288
Encargos setoriais	20.3	776	-	776	1.095	(429)	666
Impostos, Taxas e Contribuições		321	-	321	284	-	284
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher		437	-	437	334	-	334
Dividendos a pagar		20.422	-	20.422	21.423	-	21.423
Convênio de compartilhamento		408	-	408	-	-	-
Passivo de arrendamentos		96	-	96	23	-	23
Outros passivos circulantes		-	-	-	524	(117)	407
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>23.632</b>	<b>-</b>	<b>23.632</b>	<b>24.971</b>	<b>(546)</b>	<b>24.425</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>							
Encargos setoriais		322	-	322	304	-	304
Impostos, taxas e contribuições		1.538	-	1.538	1.312	-	1.312
Imposto de renda e contribuição social diferido		1.451	-	1.451	1.376	-	1.376
Passivo de arrendamentos		343	-	343	79	-	79
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias		17	-	17	13.266	-	13.266
Outros passivos não circulantes		4	-	4	-	-	-
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>3.675</b>	<b>-</b>	<b>3.675</b>	<b>16.337</b>	<b>-</b>	<b>16.337</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>27.307</b>	<b>-</b>	<b>27.307</b>	<b>41.308</b>	<b>(546)</b>	<b>40.762</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>							
Capital social		151.309	-	151.309	151.309	-	151.309
Reservas de lucros	20.1	-	55.893	55.893	-	58.325	58.325
Prejuízos acumulados	20.1	(37.586)	37.586	-	(24.362)	24.362	-
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>113.723</b>	<b>93.479</b>	<b>207.202</b>	<b>126.947</b>	<b>82.687</b>	<b>209.634</b>
<b>PASSIVO TOTAL</b>		<b>141.030</b>	<b>93.479</b>	<b>234.509</b>	<b>168.255</b>	<b>82.141</b>	<b>250.396</b>

### c) Conciliação do resultado societário e regulatório

	Notas	2023			2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>RECEITA</b>		<b>52.208</b>	<b>5.779</b>	<b>57.987</b>	<b>49.769</b>	<b>10.979</b>	<b>60.748</b>
Fornecimento Industrial		4.031	-	4.031	-	-	-
Fornecimento não Faturado Industrial		-	-	-	418	-	418
Transações com Energia na CCEE		1.610	-	1.610	2.257	-	2.257
Suprimento Cotas - Geração Própria		34.343	-	34.343	46.747	-	46.747
Suprimento não Faturado Cotas - Geração Própria		(922)	-	(922)	(253)	-	(253)
Suprimento não faturado - Geração própria		-	-	-	600	-	600
Amortização do ativo financeiro	19.1	-	(23.853)	(23.853)	-	(22.235)	(22.235)
Atualização do ativo financeiro	19.1	-	29.632	29.632	-	33.214	33.214
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias		13.146	-	13.146	-	-	-
<b>TRIBUTOS</b>		<b>(2.811)</b>	<b>-</b>	<b>(2.811)</b>	<b>(2.345)</b>	<b>-</b>	<b>(2.345)</b>
PIS/Pasep		(351)	-	(351)	(394)	-	(394)
Cofins		(1.620)	-	(1.620)	(1.818)	-	(1.818)
ICMS		(840)	-	(840)	(133)	-	(133)
<b>ENCARGOS</b>					<b>(1.707)</b>	<b>-</b>	<b>(1.707)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(125)	-	(125)	(183)	-	(183)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		(159)	-	(159)	(183)	-	(183)
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE		(79)	-	(79)	(91)	-	(91)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(10)	-	(10)	-	-	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		(1.440)	-	(1.440)	(1.250)	-	(1.250)
CDE sobre P&D		(35)	-	(35)	-	-	-
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>		<b>47.549</b>	<b>5.779</b>	<b>53.328</b>	<b>45.717</b>	<b>10.979</b>	<b>56.696</b>
<b>CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS</b>		<b>(1.161)</b>	<b>-</b>	<b>(1.161)</b>	<b>(1.964)</b>	<b>-</b>	<b>(1.964)</b>
Encargos de uso da rede de distribuição		(1.179)	-	(1.179)	(1.676)	-	(1.676)
Energia elétrica comprada para revenda		18	-	18	(288)	-	(288)
<b>RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS</b>		<b>46.388</b>	<b>5.779</b>	<b>52.167</b>	<b>43.753</b>	<b>10.979</b>	<b>54.732</b>
<b>CUSTOS GERENCIÁVEIS</b>		<b>(14.580)</b>	<b>5.013</b>	<b>(9.567)</b>	<b>(12.899)</b>	<b>3.843</b>	<b>(9.056)</b>
Pessoal e administradores		(982)	-	(982)	(1.143)	-	(1.143)
Materiais		(188)	-	(188)	(314)	-	(314)
Serviços de terceiros		(7.088)	-	(7.088)	(7.013)	-	(7.013)
Depreciação e amortização	20.1	(5.485)	5.013	(472)	(4.225)	3.843	(382)
Amortização direito de uso		(69)	-	(69)	(104)	-	(104)
Outros custos operacionais		(768)	-	(768)	(100)	-	(100)
<b>RESULTADO DA ATIVIDADE</b>		<b>31.808</b>	<b>10.792</b>	<b>42.600</b>	<b>30.854</b>	<b>14.822</b>	<b>45.676</b>
<b>Resultado financeiro</b>		<b>3.118</b>	<b>-</b>	<b>3.118</b>	<b>2.712</b>	<b>-</b>	<b>2.712</b>
Receitas financeiras		3.242	-	3.242	4.257	-	4.257
Despesas financeiras		(124)	-	(124)	(1.545)	-	(1.545)
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>34.926</b>	<b>10.792</b>	<b>45.718</b>	<b>33.566</b>	<b>14.822</b>	<b>48.388</b>
Despesa com tributos sobre o lucro		(2.724)	-	(2.724)	(3.287)	-	(3.287)
<b>Resultado líquido</b>		<b>32.202</b>	<b>10.792</b>	<b>42.994</b>	<b>30.279</b>	<b>14.822</b>	<b>45.101</b>

#### d) Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2023	2022
<b>Patrimônio líquido societário</b>	<b>207.202</b>	<b>209.634</b>
<b>Efeito dos ajustes de práticas contábeis</b>		
Bonificação pela outorga – Ajuste aporte de acionistas	(4.456)	(4.456)
Bonificação pela outorga – Ajuste resultado	(89.018)	(78.226)
Operações de arrendamento mercantil	(5)	(5)
<b>Patrimônio líquido regulatório</b>	<b>113.723</b>	<b>126.947</b>

#### e) Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2023	2022
<b>Lucro líquido societário</b>	<b>42.994</b>	<b>45.101</b>
<b>Efeito dos ajustes de práticas contábeis</b>		
Bonificação pela outorga	(5.779)	(10.979)
Amortização - Ativo intangível	(5.013)	(3.843)
<b>Total dos ajustes de práticas contábeis</b>	<b>(10.792)</b>	<b>(14.822)</b>
<b>Lucro líquido regulatório</b>	<b>32.202</b>	<b>30.279</b>

As principais alterações entre os saldos apresentados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias e nas Demonstrações Financeiras Societárias são como segue:

##### **20.1. Bonificação pela outorga**

Na contabilidade societária, o valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago, com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão, registrados como atualização do ativo financeiro. Os valores recebidos são reconhecidos como amortização do ativo financeiro constituído.

Na contabilidade regulatória, a bonificação pela outorga foi reconhecida como um ativo intangível, a ser amortizado durante o período da concessão. Os valores recebidos são reconhecidos como receita.

O valor do aporte dos acionistas apresentou diferença entre os valores societários e regulatórios em função das diferenças de critérios contábeis relacionados a bonificação de outorga, no período de janeiro a maio de 2016, registrados originalmente nas demonstrações financeiras da Controladora. Tais diferenças geraram redução no patrimônio líquido na contabilidade regulatória, e o valor líquido deste impacto está devidamente demonstrado na DMPL.

##### **20.2. Investimentos temporários**

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos fundos vinculados devem ser registrados em contas específicas, dentro do grupo de investimentos temporários, em atendimento à técnica de funcionamento 7.2.19 do MCSE.

Na contabilidade societária estes valores estão apresentados em fundos vinculados.

**20.3. Serviços em curso - Serviço próprio (P&D e PEE)**

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos serviços em curso, relativos aos projetos financiados pelos recursos de P&D e PEE, são apresentados em serviços em curso, no caso do ativo, e em encargos setoriais, no caso do passivo. De acordo com a técnica de funcionamento 7.2.86 e 7.2.87 do MCSE, a compensação dos valores só poderá ser realizada quando da conclusão dos respectivos projetos.

Na contabilidade societária esses valores são compensados com o passivo e apresentados pelo líquido em encargos setoriais, considerando a sua expectativa de realização.

\*\*\*\*\*

Sérgio Teixeira de Castro  
Diretor

Leonardo George de Magalhães  
Diretor-Presidente, em exercício

Mário Lúcio Braga  
Superintendente de Controladoria

José Guilherme Grigolli Martins  
Gerente de Contabilidade Financeira e  
Participações  
Contador - CRC-1SP/242451-04

## TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo V inciso XVII, da Resolução Normativa nº 846, de 11 de junho de 2019, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Belo Horizonte, 29 de maio 2024

Outorgada: Cemig Geração Itutinga S.A.

Sérgio Teixeira de Castro  
Diretor

Leonardo George de Magalhães  
Diretor-Presente, em exercício

Mário Lúcio Braga  
Superintendente de Controladoria

José Guilherme Grigolli Martins  
Gerente de Contabilidade Financeira e  
Participações  
Contador 1SP/242451-04

### RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 846, DE 11 DE JUNHO DE 2019

Art. 13º - Constitui infração do Grupo V:

(...)

XVII – Fornecer documentos ou informações falsas à ANEEL;

### CÓDIGO PENAL

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.